

*O Brasil à luz (e à sombra) do “ciclo progressista”:
Reflexões retrospectivas sobre os processos
participativos e a construção de políticas para as
mulheres*

Débora de Fina Gonzalez
UNIVERSIDAD DE CHILE

ABSTRACT

This article discusses how national women’s policy agencies were being structured in Brazil in the period immediately before the 2016 coup. Based on interviews with feminist activists and state managers and ethnographic work carried out during the 3rd and 4th National Conferences on Public Policies for Women, it addresses that political agreements, alliances and coalitions in the name of governance overlapped the possibilities created by the participatory spaces of encounters between feminisms and State, undermining a progressive agenda while strengthening and consolidate retrograde forces.

Keywords: Participation; women’s policies; institutional mechanisms; progressive governments; conservative offensives.

Este artigo discorre sobre como estavam sendo estruturados os mecanismos nacionais de políticas para mulheres no Brasil no período imediatamente anterior ao golpe de 2016. Com base em entrevistas a gestoras e ativistas feministas e trabalho etnográfico realizado durante as 3ª e 4ª Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres, demonstra-se que acordos e alianças políticas articuladas em nome da governabilidade sobrepuseram-se às possibilidades criadas pelos espaços participativos e encontros entre feminismos e Estado, debilitando uma agenda possivelmente progressista enquanto se fortaleciam e consolidavam posturas retrogradadas.

Palabras claves: Participação; políticas para as mulheres; mecanismos institucionais; governos progressistas; ofensivas conservadoras.

Introdução

Brasília, 13 de maio de 2016
IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres
Auditório Ulisses Guimarães
Diário de Campo

O clima torna-se desolador, um ar pesado de tristeza e abatimento estampado nos rostos presentes. No terceiro e último dia da [Quarta] Conferência Nacional de políticas para as Mulheres, contava-se menos da metade das delegadas para a plenária final, importante momento de aprovação das definições discutidas durante o evento. Nada prendia muito a atenção. Nada entusiasmava. Não havia manifestações espontâneas ou debates acalorados, que costumam ser parte indispensável e tão característica destes encontros. Parecia até mesmo não haver disputa política entre os tão diversos grupos ali presentes. Os conflitos de interesses pareciam subsumidos pela apreensão e um certo sentimento de união que o momento político demandava. Havia divergências, claro. Mas os embates eram pontuais, não continham o ímpeto de uma disputa de poder entre os grupos para definir as diretrizes que orientariam as políticas para as mulheres dali em diante. Não havia disputa porque não havia poder a ser disputado. Porque o poder estava sendo tomado naquele mesmo momento. Não apenas da presidenta. Não apenas do partido que representou, em certo sentido, e com todos os seus limites, a reorientação da política às causas sociais no país. Não apenas das mulheres ali presentes. Não apenas de todas as mulheres brasileiras, da população negra, indígena, dos pobres. O poder estava sendo tomado contra os princípios democráticos básicos vigentes no país. Era de fato um momento difícil da história política e social do Brasil. Não era possível encarar os fatos com naturalidade. Não havia disputas porque provavelmente não haveria mais, a partir daquele dia, políticas para as mulheres no Brasil.

Entretanto, e apesar de tudo, decidiu-se manter a programação da conferência previamente definida. Nos debates da plenária final, (estranhamente) nenhuma referência foi feita em relação ao que estava se passando. Foram, uma a uma, sendo aprovadas, quase apaticamente, as medidas que teriam destino incerto, se aprovavam frente a um cenário político de incertezas, em direção a um breu da história.

De acordo com as gestoras responsáveis pela organização do evento, era importante realizar a conferência como uma forma de marcar a presença e participação das mulheres nos espaços políticos e concretizar a construção de muitas de suas lutas e conquistas por direitos e participação política. A 4a CNPM foi pensada como um espaço para potencializar os organismos municipais de políticas para as mulheres, de maneira a fortalecer a construção de políticas para as mulheres em nível local. Este era um projeto que a Secretaria Nacional de Política para as Mulheres (SPM) vinha articulando com o objetivo de capilarizar a institucionalização das políticas de gênero e, desta maneira, fortalecer tanto a rede de serviços públicos como a participação social neste processo em nível local.

Para além de representar o enfraquecimento e, provavelmente, a inviabilidade deste projeto, o fim da SPM e a forma rápida e simples como se deu escancararam a fragilidade da institucionalidade construída lentamente e com muito esforço, colocando em questão a própria efetividade dos processos participativos de construção de políticas públicas, em face ao jogo de interesses e forças com ‘cartas’ e ‘caras’ marcadas, baseado em acordos informais e alianças duvidosas.

O sentimento de desolação e tristeza, claramente expresso nas recém ex-gestoras, ultrapassava, certamente, a questão partidária. Resultava da percepção da fragilidade da democracia brasileira, da tomada do poder e retirada de um governo eleito democraticamente pelo voto direto. O projeto político do governo interino agravava a situação.

Na cerimônia de encerramento, integrantes do Conselho Nacional de Direitos das Mulheres acompanharam a ex-ministra Eleonora Menicucci em um discurso emocionado onde ela se recolocava como sociedade civil e conclamava as mulheres a permanecerem na luta e resistência.

Seguiram-se intervenções de movimentos sociais que traziam uma força e esperança, uma necessidade de erguer-se e fortalecer-se frente ao temporal político vivenciado.

Chega ao fim a 4ª Conferência Nacional de Políticas Públicas para as Mulheres. Não há mais um órgão institucional responsável por administrar políticas para as mulheres. Não há ministra. Nem secretárias. Nem presidenta. Havia sido uma grande derrota no campo institucional e a partir daí iniciava-se um novo capítulo na luta das mulheres pela democracia, pela ampliação de seus direitos e de sua participação política.

Ocorrida entre os dias 10 e 13 de maio de 2016¹, a 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (CNPM) teve um significado simbólico quase excêntrico: parece ter atravessado um ciclo político, sendo aquele auditório um lugar onde o tempo histórico se transforma. Entramos ali, dia 10 de maio, em uma era – política e histórica – e saímos, dois dias depois, em outra era política, outro tempo histórico, novos cenários e contextos para as lutas das mulheres. Neste ínterim ocorre, paralelamente e a poucos metros de distância, a votação no Senado Federal que definiria o afastamento da então presidenta Dilma Rousseff (PT).

O discurso de abertura que inaugurou 4ª CNPM foi, coincidentemente, o último discurso de Dilma enquanto Presidenta da República. Não por acaso, o último discurso da primeira mulher a presidir o país foi direcionado às quase três mil mulheres que participavam da conferência nacional, um espaço de diálogo entre sociedade civil e Estado para pensar conjuntamente a construção de políticas

¹ Agradeço a Agradeço ao financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Projeto FAPESP 2014/15354-5) que viabilizou a realização desta pesquisa e a Maria Angélica Fontão, a Gé, pelas acolhedoras e maravilhosas estadias em Brasília durante as 3ª e 4ª CNPM, em 2011 e 2016, respectivamente.

de igualdade de gênero e de promoção dos direitos das mulheres, construído a partir de ideais de fortalecimento da democracia participativa que, ao longo dos últimos anos, buscavam se consolidar na institucionalidade brasileira.

Desde então, o Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM) esvazia-se, a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM) passa por diversas alterações e significativas mudanças em sua estrutura burocrática no aparato estatal, na orientação de suas políticas e em sua capacidade técnica. A maioria de seus programas são paralisados e há uma enorme dificuldade de coordenar internamente a forma de trabalho deste organismo desde esse período.

No atual governo, a partir da eleição de Jair Bolsonaro em 2018, a SPM – que um dia já foi um ministério simpático às causas feministas, consta como uma das secretarias que compõem o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) junto às secretarias nacionais da Família; da Criança e do Adolescente; da Juventude; da Proteção Global; de Promoção da Igualdade Racial; dos Direitos da Pessoa com Deficiência; e da Pessoa Idosa. Além destas secretarias, estiveram incluídos no organograma deste ministério doze conselhos nacionais, a Comissão de Anistia e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), esta última reintegrada ao Ministério da Justiça e Segurança Pública em maio de 2019.

Não é menor ressaltar que este Ministério, onde se amontoam quase todos os organismos de políticas voltadas às populações excluídas e marginalizadas e à promoção dos direitos humanos, é presidido por uma pastora evangélica, Damares Alves (PP), que não hesita em pronunciar suas convicções pessoais religiosas e fundamentalistas sobre questões relativas à igualdade de gênero e direitos das mulheres, ferindo aberta e gravemente o princípio de Estado laico e sendo uma importante aliada na ofensiva contra o que amplos setores conservadores têm denominado, erroneamente, “ideologia de gênero”. Seus discursos forjam principalmente ataques à homossexualidade, à diversidade sexual e ao direito ao aborto, mesmo nos casos previstos em lei.

Damares, que afirmou já em seu discurso de posse que “o Estado é laico, mas essa ministra é terrivelmente cristã²”, tem sido uma importante personagem na farsa – ou tragicomédia – contemporânea brasileira, reconhecida internacionalmente por seus discursos que beiram o absurdo, desconhecem ou deslegitimam o amplo e árduo caminho de direitos já conquistados. No dia de sua posse, além de prometer “defender a vida desde a concepção” e acabar com “o abuso da doutrinação ideológica” de crianças e adolescentes, anunciou “Atenção! É uma nova era no Brasil: menino veste azul e menina veste rosa!”. Seria cômico, não fosse cotidianamente trágico.

²Disponível em: <https://exame.abril.com.br/brasil/o-estado-e-laico-mas-essa-ministra-e-terrivelmente-crista-diz-damares-alves/>. Consulta 10 de junho de 2019.

Esse giro conservador se insere em um contexto de reordenamento do “mapa geopolítico regional” (Cannon e Rangel, 2020, p. 10) onde se destaca a ascensão de uma nova direita na América Latina,

formada não apenas por partidos políticos, senão também por densas redes de movimentos e instituições (...) que ajudam a criar um clima ideológico mais propício à propagação de ideias de direitas, ao penetrar profundamente nas estruturas e instituições democráticas (*ivi*, p. 13).

Tabbush e Camminotti apontam para a expansão de um “movimento transnacional contrário às políticas de igualdade de gênero” que ganha terreno a partir de 2016 na América Latina com campanhas públicas e movimentos religiosos e laicos contra a educação sexual integral nas escolas e em defesa da “família tradicional” (2020, p. 27-28) em distintos países. Para as autoras, “o fim da ‘maré-rosa’ proporcionou novas oportunidades políticas para o ativismo opositor às políticas de igualdade de gênero” (*ibidem*).

Segundo Hinz, Vinuto e Coutinho, “o auge da chamada ‘nova direita’ é um fator sociopolítico que, no século XXI, se observa em vários países do mundo, como Estados Unidos, Hungria, Polônia e Brasil” (Hinz, Vinuto e Coutinho, 2020, p. 186). As autoras assinalam que:

Se trata de um movimento intelectual e político que favorece os valores morais tradicionais, geralmente baseados no cristianismo (principalmente evangélico), na luta contra o comunismo e no conservadorismo econômico (Diamond, 1995; High, 2009). Entretanto, a principal característica desta corrente é seu enfoque nas questões sexuais e reprodutivas (Diamond, 1995), as quais se entrelaçam com um pensamento punitivo de lei e ordem, com uma defesa da família patriarcal, com o militarismo anticomunista e com o neoliberalismo (*ibidem*).

Hinz, Vinuto e Coutinho interpretam a ascensão de Jair Bolsonaro à presidência no Brasil como a consumação de uma progressiva ascensão de duas forças políticas durante os governos do Partido dos Trabalhadores (PT): a Frente Parlamentar de Segurança Pública e a Frente Parlamentar Evangélica (chamada também de “bancada evangélica”), duas frentes fundamentais que possibilitaram a configuração do atual campo político brasileiro. Segundo as autoras, durante os governos do PT

o legislativo brasileiro se tornou progressivamente mais conservador, ampliando não somente o número de deputados militares, policiais, bispos e pastores, como também simpatizantes alinhados com os projetos conservadores que aqueles representavam (*ivi*, p. 194).

Esses novos equilíbrios de forças políticas, por sua vez, impuseram as condições para as alianças e concessões realizadas tanto por Lula como por Rousseff em prol da governabilidade, incluindo-se no centro dessas disputas, o ataque aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

O presente artigo propõe rebobinar um pouco a fita histórica para trazer reflexões em torno aos processos de construção lenta e destruição abrupta dos mecanismos institucionais de participação e de construção de políticas para as mulheres, com o objetivo de aportar aos debates urgentes que o momento atual requer. Atentar ao passado recente nos permite refletir sobre o que foi construído neste período de aproximações e interações entre feminismos e Estado e, ainda, como podemos reagir no sentido de reconstrução ou, quiçá, reinvenção das estruturas democráticas. Tais reflexões se baseiam em parte nos resultados, materiais e entrevistas realizadas no âmbito da tese doutoral *Quando feminismos e Estado se encontram(?): Brasil e Chile no 'ciclo progressista'*, defendida em junho de 2019 na Universidade Estadual de Campinas.

A Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres: *um projeto político feminista e partidário*

A SPM não surge do nada, nem ela é uma coisa que vem com a eleição do Lula. A SPM é uma consequência do movimento feminista dos anos 80, que a gente dizia que a grande questão era a entrada do feminismo no Estado (Ex-gestora SPM. Entrevista Agosto, 2017).

Nas relações entre Estado e sociedade civil, os partidos políticos aparecem historicamente como atores-chave na articulação entre as demandas dos movimentos sociais, sua inserção como propostas ou programas de governo e a posterior concretização na forma de políticas públicas.

No Brasil, assim como em muitos países da América Latina, as estratégias de inserção no Estado para pressionar pela implementação de políticas para as mulheres não foram, certamente, consenso entre os movimentos feministas e de mulheres. Representaram, de fato, importantes rupturas neste campo político heterogêneo e diverso (Alvarez, 2014). Um ponto central de divergência foi a questão da dupla militância, nos partidos e nos movimentos sociais. O processo de reorganização partidária ocorrido no início da década de 1980 abriu espaços para a formação de novos partidos em oposição ao regime ditatorial, que passaram a elaborar distintos projetos sobre os rumos e diretrizes da nova democracia a ser implementada no país. Com isso, parte expressiva das mulheres que compunham a militância feminista brasileira alinharam-se a organizações partidárias, entre elas o Partido dos Trabalhadores (PT) que, de acordo com Macaulay, consolida-se na

década de 1990 como o partido que “de maneira mais consistente, adotava e promovia a agenda feminista” (Macaulay, 2006, p. 36), impulsionada a partir da secretaria de mulheres criada em sua estrutura.

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal em 2003 implicou uma maior presença de ativistas dos movimentos sociais dentro do aparato estatal e a criação e expansão de arenas participativas no contexto brasileiro. Baseados na proposta de fortalecimento da democracia participativa, contida historicamente nos discursos do PT, foram criados, ao longo dos governos Lula (2003-2010), conselhos, conferências, secretarias e ministérios em diversas áreas (Abers, Serafim e Tatagiba, 2014).

Neste processo, já no ano de 2003 são criadas a Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres (SPM)³ e a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) como resultado de uma confluência de fatores internos e externos, entre os quais se destacam: o fortalecimento do protagonismo e das demandas dos movimentos feministas e de mulheres pela garantia de um espaço institucional para se pensar políticas públicas de gênero e para as mulheres; a pressão internacional pela adoção da perspectiva de gênero nas ações dos Estados; e a mudança, ainda que relativa, nas propostas e no projeto político nacional, que passa a incentivar a participação da sociedade civil nos processos de decisão política.

A criação da SPM coincide, portanto, com um período de institucionalização da participação social, quando a proposta de democracia participativa se amplia nos espaços governamentais, materializando-se por meio da criação e fortalecimento de espaços de diálogos entre sociedade civil e Estado para a elaboração conjunta de planos de políticas públicas em distintas áreas. Este momento político representa tanto um processo de fortalecimento da proposta de democracia participativa, com a criação de novos espaços institucionais para o diálogo, como também uma abertura para se colocar em pauta uma “agenda feminista” nos espaços da política formal.

Ao longo dos anos 2003-2015, a SPM tornou-se um espaço de debates, atuação, convergências e divergências para pensar as políticas de gênero e para as mulheres em nível nacional. Desde sua criação, o Conselho Nacional de Direitos da Mulher (CNDM), criado em 1985, passa a formar parte desta estrutura, sendo um elo fundamental entre a nova arena estatal e movimentos feministas e de mulheres.

A secretaria não inaugura, portanto, o diálogo entre feminismos e Estado no Brasil. Contudo, certamente transforma estas relações ao constituir-se em um

³ Presidência da República, Lei 10.683, de 28 de maio de 2003.

espaço que propõe modificar a própria estrutura e lógica de funcionamento estatal na qual se insere, expressando entre seus objetivos a proposta de transversalizar uma perspectiva *feminista* nas políticas públicas. Objetivo movido principalmente pela presença de mulheres identificadas com o feminismo nos cargos de gestoras e pela proximidade entre governo e parte expressiva do campo político feminista brasileiro. A abertura de espaços participativos proporciona e viabiliza a intensificação dos trânsitos de discursos, demandas e propostas do âmbito da sociedade civil, movimentos feministas e de mulheres para o interior do Estado.

Abers e Tatagiba utilizam o conceito de “ativismo institucional” para descrever “o que as pessoas estão fazendo quando passam a trabalhar nas burocracias governamentais com o propósito de avançar nas agendas ou projetos políticos propostos pelos movimentos sociais” (Abers; Tatagiba, 2015, p. 73). De acordo com as autoras,

Esse tipo de ativismo envolve um esforço artesanal para promover mudanças nas rígidas estruturas burocráticas e sob poderosos e constantes constrangimentos políticos [...] as conexões com as redes de movimentos sociais proveem tanto recursos como obstáculos para o ativismo dentro do Estado [...] estas conexões ajudam ativistas a mobilizar uma ampla gama de recursos (conhecimentos, contatos, informações, prestígio, e outros) uma vez que elas estão trabalhando dentro do Estado, mas também impõem limites em como elas podem fazê-lo (*ibidem*).

A SPM encontra terreno fértil para o “ativismo institucional” uma vez que o campo feminista brasileiro se desenvolve a partir de uma pluralidade de espaços e estratégias, convergentes e conflituos, que proporcionam ferramentas distintas na composição desta nova arena em nível nacional. Estes espaços e estratégias, não obstante, atraem/são ocupados essencialmente por feministas brancas, acadêmicas, ligadas a ONGs e/ou partidos políticos⁴. Recria-se, em certo aspecto, neste novo contexto institucional, uma certa hegemonia política interna ao campo político feminista, vinculada a um feminismo profissionalizado, composto majoritariamente por mulheres brancas, escolarizadas, maiores de 40 anos, vinculadas a partidos políticos. Um perfil homogêneo que prioriza determinadas competências que remetem às “feministas profissionalizadas”, tais como habilidade em lidar com burocracias e normas, além da afinidade com o governo

⁴ No âmbito da pesquisa doutoral *Quando feminismos e Estado se encontram...* (2019), foram entrevistadas nove (ex)gestoras da SPM, sendo que todas elas atendiam ao perfil assinalado. A investigação de Matos e Alvarez (2018) demonstra igualmente que as feministas que tiveram acesso a estas arenas estatais possuem um perfil similar: brancas, de classe média, escolarizadas e ligadas ao PT, representando certamente um setor específico dentro do amplo, heterogêneo e complexo campo político feminista brasileiro.

de turno. Esse quadro mantém desigualdades e hierarquias internas ao excluir destes espaços de poder vozes e presenças que representem a diversidade de mulheres, destacando-se a ausência de mulheres negras e indígenas (Pinto, 2018; Matos e Álvarez, 2018; De Fina Gonzalez, 2019).

Neste caso, as feministas vinculadas ao PT – em suas distintas correntes e conflitos internos – jogam um papel central ao serem, desde a década de 1980, protagonistas/atoras relevantes no campo feminista brasileiro e transnacional, tecendo redes importantes de incidência e articulação com outros movimentos sociais igualmente identificados com o partido⁵, além de trazer experiências anteriores de construção de políticas para as mulheres em gestões municipais ou áreas específicas, como saúde e violência.

Assim, reconfigurando e rearticulando discursos, estratégias e identidades no campo político feminista brasileiro (De Fina Gonzalez, 2013, p. 116), a SPM propôs a construção de uma “Plataforma Política Feminista” (Brasil, 2010, p. 47) para a elaboração e execução dos Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres (PNPM), a partir do diálogo e negociação com os movimentos sociais, principalmente durante as conferências, conselhos e fóruns. Entre 2003 e 2016 foram realizadas quatro conferências nacionais – nos anos de 2003, 2007, 2011 e 2016, todas precedidas de um amplo processo de pré-conferências municipais e estaduais.

As Conferências de Políticas para as Mulheres: *lugares de encontro entre feminismos e Estado*

Apesar de haverem sido criadas na década de 1930, durante os governos de Getúlio Vargas (1930-1934), as Conferências Nacionais expandiram-se notoriamente a partir de 2003. Antes disso, experiências participativas desenvolveram-se majoritariamente em nível municipal. Segundo Avritzer e Souza, “as conferências se tornaram uma arena central de discussão em diferentes áreas de políticas públicas” mostrando-se capazes de “pautar importantes inovações introduzidas pelo governo federal” (Avritzer e Souza, 2013, p. 11). São definidas pelos autores como:

uma forma participativa de criação de uma agenda comum entre Estado e sociedade que ocorre a partir da convocação do governo federal. Elas possuem etapas preparatórias e geram um documento publicado e encaminhado pelo governo. Têm impacto, ainda que diferenciado, nas políticas públicas coordenadas

⁵ Como a Central Única de Trabalhadores (CUT), a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), o Movimento dos Sem-Terra (MST), entre outros.

pelo Executivo e nos projetos de lei apresentados no Congresso Nacional (*Ivi*, p. 12).

As conferências nacionais foram momentos-chave para a efetivação da proposta de construção conjunta de políticas públicas, com a participação da sociedade civil, a exposição das demandas e o esforço de construção de um plano nacional que incluía as necessidades de todas as mulheres, em sua diversidade, nos planos orçamentários e de execução do governo.

Para além do evento em si – onde convergem as demandas e vozes dos vinte e seis estados brasileiros e do Distrito Federal, com representação de múltiplos grupos de mulheres: negras, indígenas, do campo, da floresta, das águas, com deficiências, feministas, lésbicas, etc., em diálogo com representantes e gestoras estaduais e nacionais – é relevante o processo anterior à conferência nacional, ou seja, os esforços e mobilizações locais para a realização das conferências municipais e estaduais para a construção de um documento que seja apresentado e debatido a nível nacional.

A 1ª CNPM ocorre em julho de 2004, com 1.787 delegadas e mais de 120 mil mulheres envolvidas nos processos preparatórios. A 2ª CNPM, em agosto de 2007, contou com a participação de 2.800 mulheres na etapa nacional e mais de 200 mil nas etapas que a precederam. Na 3ª Conferência, ocorrida de 12 a 15 de dezembro de 2011, participaram 2.125 delegadas e mais de 200 mil envolveram-se nos processos de conferências locais (3º PNPM). Os números trazidos pelo Relatório Final da 4ª CNPM, ocorrida em Brasília entre os dias 13 a 15 de maio de 2016, revelam a amplitude dos processos realizados, expressando tanto os esforços para a realização de encontros a nível local como a preocupação com a inclusão da diversidade de mulheres, respondendo a demandas e aprendizados construídos ao longo dos processos anteriores.

Números do Processo Preparatório à 4ªCNPM

<p>154 mil participantes em Conferências Livres, Municipais, Intermunicipais e Estaduais;</p> <p>1.354 Conferências Municipais e Intermunicipais com a participação de 2.500 municípios;</p> <p>26 Conferências Estaduais e uma Conferência no Distrital Federal;</p> <p>2.884 delegadas/os indicadas/os para a Conferência Nacional;</p> <p>6 Consultas Nacionais com mulheres transexuais, ciganas, com deficiências, indígenas, quilombolas e de religiões de matriz africana;</p> <p>444 Conselhos Estaduais e Municipais integraram a organização das Conferências;</p> <p>795 Organismos de Políticas para as Mulheres realizaram Conferências Municipais;</p> <p>27 Organismos Estaduais de Políticas para as Mulheres estiveram à frente da organização de Conferências Estaduais.</p>
--

Fonte: Relatório Final IV Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres

Foto 1: *Votação durante Plenária Final 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, 2011.*



Fonte: Elaboração Própria

Foto 2: *Delegadas durante o último discurso de Dilma Rousseff como presidenta, na abertura da 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, 2016.*



Fonte: Elaboração própria

As conferências, como lugares/espços de encontros, trocas e debates, realizaram-se a partir de esforços contundentes e visíveis de inclusão da diversidade de mulheres e de pautas por elas trazidas, materializados nos processos de pré-conferências especiais e na presença de mulheres quilombolas, do campo e da floresta, ciganas, mulheres com deficiência, mulheres indígenas, ribeirinhas, mulheres trans, entre outras. É importante sublinhar, para além da produção dos planos, a riqueza destes processos de diálogo e encontro entre mulheres brasileiras de distintas realidades desencadeados e proporcionados pelas conferências. Reconhece-se aí um espaço que proporciona e abre diálogos, a partir do abrandar das fronteiras entre Estado e sociedade civil, permitindo trânsitos, intercâmbios, ampliando as interfaces sócio-estatais⁶. Lugares, estes, de encontro entre feminismos e Estado.

No que diz respeito à representação, aproximadamente metade das delegadas eram representantes da sociedade civil e metade de organismos governamentais nacional, estaduais e municipais. Além dos grupos de trabalho e plenárias, atividades paralelas como rodas de conversa, reuniões de grupos e organizações de mulheres, feira expositiva, entre outras, aconteciam de forma permanente, produzindo espaços de movimentos e encontros entre a diversidade de mulheres ali presentes. Nas palavras de uma ex-gestora da SPM:

A Conferência ela foi para mim o maior espaço de debate e de construção. Por que? Porque ela vem num processo de debate que todos os 27 estados fizeram, independente de como, de que forma, de que maneira, mas todos os governos convocaram a Conferência... A ministra Nilceia foi em todas, a gente acompanhou, o movimento de mulheres se engajou no processo do debate e, portanto, ela vai definir o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, e é o Plano Nacional que vai alicerçar toda a atuação da SPM depois (...) Então a conferência ela vai ser de fato um momento histórico em que você pela primeira vez em nosso país tem um Plano Nacional de Políticas para as Mulheres definido por mais de mil e duzentas mulheres (Ex-gestora. Entrevista em julho, 2017).

De forma inédita no Brasil, portanto, constrói-se um plano nacional de políticas para as mulheres a partir da participação ativa de gestoras envolvidas e mulheres organizadas da sociedade civil nos processos participativos abertos pelo governo. O PNPM, enquanto uma agenda comum entre Estado e sociedade civil,

⁶ O conceito de interface é entendido por Hevia e Isunza Vera como: “um espaço de intercâmbio e conflito no qual certos atores se inter-relacionam, não casual senão que intencionalmente. Um tipo especial de interface é o espaço onde atores sociais e estatais se encontram (portanto, definidos como interfaces sócio-estatais). Estas interfaces sócio-estatais estão determinadas estruturalmente tanto pela política pública como pelos projetos sociopolíticos dos atores (sociais e estatais) envolvidos” (2010, p. 61).

se compõe pelos acordos definidos nas conferências e deve servir como orientador das ações da SPM e das políticas públicas como um todo, ao longo de um período de quatro anos, quando se prevê a realização de uma nova conferência para revisar e debater novas diretrizes para este plano. De acordo com uma ex-gestora da SPM, “[o PNPM] vai ser o grande regulamentador e a grande normativa da política para as mulheres e da SPM em si, porque ele dá o marco efetivo do que que era que nós iríamos fazer, quais eram as ações e as prioridades” (Entrevista julho, 2017). Em suas falas, enfatiza a centralidade e importância do PNPM e dos processos participativos – conferências, conselhos, fóruns e planos nacionais, na orientação das ações da SPM.

A conjuntura foi se dando e foi se consolidando a Secretaria de Mulheres de uma forma que a gente deixou 2016 com maturidade, com responsabilidade e com reconhecimento de trabalho. Mas foi nesse processo desses anos, *um processo muito coletivo de construção*, então nós tivemos quatro conferências, nós tínhamos um conselho atuante... mas a gente tinha uma coisa que era muito importante que *a gente nunca decidia nada sozinha*, os movimentos sempre estavam junto com a gente, os movimentos de mulheres, as feministas... Então era um processo que *quando as nossas ações saíam, elas já saíam consensuadas...* (Entrevista julho, 2017. Grifos meus).

Este processo *bottom-up* de construção conjunta dos planos reflete a ampliação das interfaces sócio-estatais e traduz-se na produção de documentos orientadores das políticas que trazem em si uma perspectiva e uma gramática ativistas, que logra refletir em seu conteúdo parte das demandas e pautas de lutas dos movimentos sociais feministas e de mulheres. O 3º PNPM (2013-2015), por exemplo, redigido pela SPM, CNDM e Comitê de Monitoramento e Articulação, explicita esta proposta ao expressar que:

Desde a criação da SPM, em março de 2003, as políticas para as mulheres têm avançado sempre na perspectiva do diálogo e da construção coletiva com os movimentos de mulheres, feministas e demais movimentos sociais, revertendo lógicas desiguais presentes há séculos em nossa sociedade (Brasil, 2013, p. 9).

Propõe como princípios orientadores da Política Nacional para as Mulheres:

Autonomia das mulheres em todas as dimensões da vida; busca da igualdade efetiva entre mulheres e homens, em todos os âmbitos; respeito à diversidade e combate a todas as formas de discriminação; caráter laico do Estado; universalidade dos serviços e benefícios ofertados pelo Estado; participação ativa das mulheres em todas as fases das políticas públicas; e transversalidade como princípio orientador de todas as políticas públicas [...] Sabemos que as práticas

patriarcais seculares enraizadas nas relações sociais e nas diversas institucionalidades do Estado devem ser combatidas no cotidiano de maneira permanente. A busca pela igualdade e o enfrentamento das desigualdades de gênero fazem parte da história social brasileira, história esta construída em diferentes espaços e lugares com a participação de diferentes mulheres, com maior e menor visibilidade e presença política (*Ivi*, p. 10).

Ao longo de suas cento e quatorze páginas, o 3ºPNPM define prioridades e eixos de ação estratégicos baseados nas resoluções produzidas a partir dos processos de conferência nacional, revisados posteriormente pelo CNDM e pelo comitê de gestoras governamentais. Cada eixo definido possui objetivos gerais e específicos, metas, prioridades de ações e ações. No terceiro plano, as áreas prioritárias definidas foram: Igualdade no mundo do trabalho e autonomia econômica; Educação para igualdade e cidadania; Saúde integral das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Fortalecimento e participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável com igualdade econômica e social; Direito à terra com igualdade para as mulheres do campo e da floresta; Cultura, esporte, comunicação e mídia; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Igualdade para as mulheres jovens, idosas e mulheres com deficiência; Gestão e monitoramento do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (3ºPNPM, Brasil, 2011).^[1] Finalmente, define-se o Plano como:

O PNPM é a configuração do resultado de lutas dos movimentos de mulheres que vêm se mobilizando desde o início do século XIX, contra todas as situações de opressão e de discriminação, exigindo a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja pelo coletivo de mulheres. Nas últimas décadas, o movimento das mulheres brasileiras ganhou novas características e se firmou como sujeito político ativo no processo brasileiro de democratização e de participação política, cuja extensão inseriu a luta das mulheres negras contra a opressão de gênero e de raça (*Ivi*, p. 12).

Se esta é a guia que vai orientar e alicerçar as ações da SPM, o desafio será incorporá-la como parte dos planos e ações governamentais de forma ampla, seguindo o princípio de transversalidade, instrumento essencial para que as propostas possam efetivar-se. Os dois primeiros PNPM (2004-2007 e 2008-2011) não foram incluídos nos Planos Plurianuais de governo (PPA), o que impediu a garantia de assignação de recursos diretos para as ações previstas. O 3º PNPM foi o único que alcançou incluir ações no PPA, ou seja, no programa de governo a ser cumprido anualmente, o que garantiria os pressupostos necessários para suas ações. Entretanto, o cenário político no qual se daria sua aplicação passa a apresentar-se cada vez mais instável e complexo.

A participação na berlinda: perspectivas críticas desde os movimentos feministas e de mulheres

Como não dialogar com um espaço que nasce como fruto de nossas demandas?
(Articulação de Mulheres Brasileiras, 2009)

Em seus treze anos de existência vinculada à Presidência da República, a SPM demonstrou-se uma arena fundamental para reivindicações, disputas e avanços na promoção dos direitos das mulheres no Brasil, apesar de não ser o único foco de direcionamento das demandas feministas, uma vez que as questões de gênero e de participação política, social e econômica das mulheres são transversais e perpassam todos os âmbitos da gestão pública. A presença de mulheres comprometidas com as causas dos movimentos sociais que aceitaram o desafio de tornarem-se gestoras, combinada às ações dos movimentos feministas, seja nos espaços de diálogo, seja manifestando-se para pressionar o governo, sustentaram a construção de um caminho, muitas vezes controverso e nem sempre linear, das pautas feministas na agenda pública.

Os esforços em confrontar a rígida estrutura institucional e burocrática expuseram a privação de direitos básicos às mulheres brasileiras tratadas, ainda hoje, em pleno século XXI, como cidadãs de segunda categoria. Como resultados destes esforços, podemos assinalar o desenvolvimento de importantes políticas sociais em parceria com outros ministérios, tais como os extintos Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e de Desenvolvimento Social (MDS); a implementação e fortalecimento de programas de atendimento integral às mulheres vítimas de violência, como a Casa da Mulher Brasileira; o apoio à aprovação de medidas importantes como a Lei Maria da Penha; a abertura de um canal eficiente para a denúncia de casos de violência, como o Ligue 180⁷; e o desenvolvimento de programas relevantes de promoção da autonomia econômica, social e política das mulheres, em distintos contextos do país.

Neste sentido, a SPM – como uma arena de disputas e em disputa (De Fina Gonzalez, 2018) – desenvolveu um papel central de articuladora entre as reivindicações sociais e a promoção de políticas públicas para as mulheres,

⁷ “O Ligue 180 é um serviço gratuito de atendimento telefônico que funciona vinte e quatro horas por dia, todos os dias, mantido pela SPM/PR e destinado ao acolhimento de denúncias de violência contra a mulher e à prestação de informação e orientação às demandantes. (...) A partir de março de 2014 o Ligue 180 foi transformado em disque-denúncia, passando também a providenciar o encaminhamento das queixas recebidas aos órgãos de segurança pública e de justiça de cada Unidade Federativa” (IPEA, 2014, p. 507).

disputando não apenas recursos e legitimidade, mas a própria compreensão do que é fazer políticas para as mulheres, do que significa promover igualdade de gênero, esforçando-se em superar um viés familista, que considera as mulheres a partir de seus lugares de mães ou donas de casa; e a noção de que as mulheres são consideradas como clientes e beneficiárias passivas das ações do Estado, portadoras de carências, mas nunca de direitos ou agência (AMB, 2011, p. 22).

Em um balanço crítico das políticas públicas para as mulheres desenvolvidas entre os anos de 2003 a 2010 no país, a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) avalia que, neste período:

as oportunidades para uma ação feminista na gestão pública cresceram de forma muito significativa [...] o Estado, entretanto, moldado pela cultura política patriarcal e neoliberal, assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, que coexistiram com novas, instituídas ao longo dos últimos 30 anos pela luta feminista [...] a implementação real de políticas para as mulheres, nessa correlação de forças adversa, teve um limitado poder de democratização do Estado, resultou em vários equívocos, além de enfrentar a esperada resistência (AMB, 2011, p. 21-22).

Apontando o período referente às duas gestões do presidente Lula (2003-2010) como um governo de contradições, a AMB denuncia “a fragilidade e pouco poder conferido às conferências e aos espaços participativos no geral”, bem como o caráter pouco efetivo do Conselho Nacional de Políticas para as Mulheres para influenciar e determinar os cursos da implementação de políticas para as mulheres no país. Não obstante, salientam que:

o estabelecimento desses mecanismos de participação social abriu a possibilidade de alargar a arena política pela via da participação social das mulheres para incluir a superação da desigualdade como um desafio de governo. Para o movimento de mulheres [...] esses lugares foram, ao longo desses anos, os poucos onde houve alguma possibilidade de pautar o debate sobre políticas públicas a partir de uma perspectiva feminista e, nesses termos, estabelecer processos de negociação e gerar pressão para a pactuação de compromissos com o poder público (Ivi, p. 36).

Os trechos reproduzidos acima evidenciam que, no Brasil, a abertura estatal à participação política e a inclusão das questões de gênero como pauta governamental basearam-se em processos de diálogo, porém com significativas restrições, muitas vezes incompletos, e que tiveram sua efetividade questionada pelos movimentos sociais de mulheres. Não obstante, estes espaços foram ocupados e acionados por militantes feministas para reivindicar, pressionar e avançar no contexto institucional frente às rígidas resistências conservadoras que se impõem.

Estas disputas em torno à construção de políticas para as mulheres no país envolveram a ação contundente e militante de mulheres que, ao longo das últimas quatro décadas, têm lançado mão de distintas estratégias para avançar no reconhecimento e garantia da igualdade de gênero e direitos dos quais as mulheres permanecem privadas. A oportunidade histórica de ocupar cargos governamentais durante as administrações petistas – muitos deles comissionados – foi uma estratégia de ação adotada por algumas militantes feministas com reconhecidas trajetórias de luta no país. Em acordo com a visão expressa pela AMB, entende-se que estes processos não representaram nem a cooptação ou abafamento das causas feministas, por um lado, nem a transformação do caráter patriarcal, racista e classista do Estado brasileiro, por outro.

Os processos participativos parecem, em certo sentido, confrontar-se com a clássica definição das teorias sobre políticas públicas, definidas como “o que o governo resolve ou não fazer” (Dye, 1975 *Apud* Brasil, 2013, p. 13). Como amplamente demonstrado pela literatura sobre participação no Brasil (Pires, 2011), em muitos casos, a ausência de marcos legais e de caráter deliberativo destes espaços deixa a proposta participativa distante da incidência política em ações concretas, dificuldade reconhecida tanto por quem faz parte da gestão como pela sociedade civil. Uma visão crítica apresentada pela ativista negra Jurema Werneck indica que:

após alguns anos de ação destas Secretarias, o que se verifica é a *ausência de condições necessárias para o exercício de suas missões*, particularmente na coordenação das iniciativas dos demais ministérios e organismos governamentais federais, estaduais e municipais para a promoção da equidade. Ausência verificada tanto do ponto de vista estrutural, especialmente no que se refere a quadros técnicos qualificados e a orçamentos adequados, quanto em relação à legitimidade política intragovernamental. Resultando no desenvolvimento de ações em grande medida insuficientes para realizar as agendas e compromissos pactuados junto às organizações da sociedade civil, em especial as organizações de mulheres negras. Ou seja, nestes anos de funcionamento tanto da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) quanto da Seppir podemos afirmar que suas ações foram, de longe, insuficientes para responder a suas responsabilidades respeitando e incorporando a perspectiva da interseccionalidade capaz de individualizar e ampliar diagnósticos, ações e políticas na direção de sujeitos demandantes e portadores/as de direitos, as mulheres negras em especial (Werneck, 2009, p. 121-122).

A autora aponta diversas limitações para que os resultados dos processos participativos venham a traduzir-se em programas ou políticas públicas significativas e com impactos reais sobre as desigualdades, entre elas a pouca influência destes organismos sobre as ações prioritárias dos governos.

Revela-se, assim, uma estrutura política que hierarquiza e seleciona pautas de acordo com a orientação governamental, prescindindo tanto dos organismos responsáveis – no caso a SPM, como dos acordos e pactos definidos nas instâncias participativas. E é negociando dentro destes limites de uma arena política pouco receptiva às propostas de igualdade de gênero transformadoras das relações sociais que estas políticas serão pensadas, pactuadas, negociadas e postas em prática. Ou seja, serão transformadoras à medida (e nos moldes) em que permitidas e aceitas pelos governos e suas coalizões e, assim, ganharem respaldo e apoio político para tramitarem nas arenas estatais executivas e legislativas. Nas palavras das ativistas Guacira Cesar (CFEMEA) e Carmen Silva (SOS Corpo):

Os governos de esquerda, apesar de suas realizações, se perderam na política conciliatória de classes e no desenvolvimentismo. Dialogaram com o sindicalismo e com as lutas do campo, mas não alargaram a ação para absorver as necessidades dos vários sujeitos políticos. Também não foram capazes de impulsionar um diálogo fecundo com os diversos movimentos sociais e impulsionar uma nova cultura política (Oliveira, Guacira C., Silva, Carmen⁸).

A perspectiva expressa por Amelinha Teles outra importante ativista feminista entrevistada durante a pesquisa, reitera essa avaliação, recorrente, de que o período do chamado “ciclo-progressista” trouxe ao Brasil benefícios e mudanças em termos sociais, que devem ser considerados e valorizados; não obstante, as formas com as quais operaram os processos e negociações políticas não incorporaram, em si, as grandes mudanças anunciadas, propostas e almejadas. Na correlação de forças e disputas burocráticas nos espaços de poder, a governabilidade e as políticas públicas adequaram-se ao complexo cenário político e socioeconômico de desigualdades que caracteriza o país. Segundo ela:

O governo do PT, com todos os problemas, é o melhor governo que teve nesse processo de redemocratização [...] abriu universidades, Bolsa Família concretizou, abriu possibilidades do pessoal muito pobre ter um espaço, ter um mínimo de renda, de mobilidade. É isso. Apesar de que o PT nunca prejudicou a classe dominante, eles sempre tiveram seus lucros, os banqueiros nunca foram tão bem sucedidos em obtenção de lucros como foi no governo do PT, os empresários, as multinacionais... A produção de veículos, de carros, de não sei o quê, foi enorme. Quer dizer, o capitalista aproveitou, deitou e rolou. Mas as migalhas chegaram aos pobres, né, porque *as migalhas chegaram* com o PT. E é isso que incomodou, no fundo foi isso que incomodou a direita, não foi ter perdido nada (Amelinha Teles, ativista feminista. Entrevista em Setembro de 2016).

⁸ Em “Fascismo: Desafios para a política brasileira”. Disponível em: <https://www.revistabravas.org/facismos-feminismos-por>. Consulta 15/05/19.

Atualmente, a fragilidade e marginalidade das instituições participativas e dos mecanismos de políticas sociais tem sido evidenciadas uma vez que são suprimidos os organismos responsáveis, descartadas as formas de representatividade social e paralisadas as iniciativas em andamento, com uma mudança rápida e truculenta de governo. O que demonstra que os processos de incorporação das demandas sociais e os investimentos na abertura estatal ao diálogo e construção de políticas foram realizados de maneira marginal e incompleta, e que outros fatores operaram com maior força para a garantia da “governabilidade” e da permanência do partido nos espaços de poder.

Endossando as perspectivas de importantes ativistas brasileiras nas lutas pelos direitos das mulheres acima expostas, Dagnino aponta a:

mudanças na própria concepção de participação, de visões mais radicais de participação, como compartilhamento de poder, a versões muito mais brandas de “consulta” e “diálogo”, mais próximas a procedimentos neoliberais que de visões de participação (Dagnino, 2019, p. 84).

Ao caracterizar um projeto de Estado neo-desenvolvimentista levado a cabo pelos governos petistas durante o “ciclo progressista” brasileiro, a autora reflete sobre as contradições e ambiguidades nas escolhas políticas governamentais que acabaram por sobrepor um “projeto de poder” aos princípios originais “mais radicais” de seus projetos partidários. Desta forma, sentencia, “alianças políticas destinadas a garantir a governabilidade deram poder a setores conservadores avessos à participação” (*Ibidem*), debilitando conseqüentemente o vínculo e a confiança entre partido e base social.

Por sua vez, Maristela Svampa (2020) aponta para a convivência contraditória entre uma

tendência à inclusão social (expansão de direitos, benefícios aos setores mais negligenciados e inclusão pelo consumo) com o pacto com o grande capital (agronegócios, setores extrativistas e, inclusive, em alguns casos, setores financeiros) (Svampa, 2020, p. 40).

Neste sentido, ressalta um esgotamento ideológico dos progressismos latino-americanos e uma incapacidade ou rejeição a qualquer tipo de autocrítica que, segundo a autora, “produziu um dano incomensurável no campo das esquerdas” (*ivi*, p. 50).

Ao abordar as experiências da SPM e dos espaços participativos – Conselho e Conferências – nos quais movimentos feministas e de mulheres se fizeram presentes ao longo deste período, esta contradição revela-se na coexistência entre, de um lado, os esforços das mulheres realizados conjuntamente com o fim de

avançar no terreno institucional e, de outro, os acordos e alianças tecidos paralelamente com setores conservadores e fundamentalistas, outorgando-lhes poder de decisão e veto por sobre os resultados destes amplos e valiosos processos participativos, muitas vezes invalidando-os ou inviabilizando-os diretamente⁹. As críticas expostas acima revelam, por fim, que nestas disputas as questões de gênero mantiveram-se em um lugar de não poder na estrutura estatal, sendo permitidas apenas sob a condição de não se constituírem ameaças aos poderes estabelecidos.

Notas Conclusivas. Resistências em face ao agravamento e sobreposição de crises: o ativismo das mulheres brasileiras na linha de frente

No Brasil, a nova onda direitista ultraconservadora preocupa e ameaça. Este giro ultraconservador concretizado na ascensão de uma “direita radical autoritária” (Svampa, 2020, p.63) ou, ainda, uma “direita neoconservadora” (Torres, 2020, p.221), apesar de seu caráter surpresivo, traz à tona e é fundamentado pelas diversas forças que ao longo das últimas décadas foram fortalecendo-se e ganhando espaço social e político, das quais se destacam as forças religiosas, em especial, evangélicas. Com a constituição de uma bancada evangélica crescente, se fortalece um processo de “moralização” das políticas públicas e do legislar sobre direitos e cidadania, onde temas relacionados a gênero tomam grande relevância nas pautas conservadoras, produzindo uma série de ataques orquestrados em declarações e projetos de lei que miram a combater o que nomeiam como “ideologia de gênero”, vista como perigosa ameaça à família e à ordem social.

São forças, portanto, que já vinham se fortalecendo para além do poder executivo, ganhando espaço destacado no legislativo e representando barreiras concretas a projetos governamentais ainda durante o “ciclo progressista”. Coexistindo, assim, com as estratégias feministas nas arenas estatais, destacadamente no executivo.

Zaremborg (2019)¹⁰ chama a atenção a que, no Brasil, os esforços de ocupação dos espaços políticos pelas mulheres e os empenhos em ativar uma agenda feminista no Estado estiveram amplamente concentrados no poder executivo, em detrimento dos poderes legislativos e judiciário, onde a representação feminina permaneceu ínfima. Para a autora, esta pode haver sido uma debilidade na medida em que a presença exclusiva no executivo (e nas

⁹ Como é o caso dos projetos de lei apresentados para a despenalização e legalização do aborto, que refletem as demandas de movimentos sociais de mulheres e as recomendações aprovadas já na 1ª CNPM, em 2004, e contidas no 1º PNPM.

¹⁰ Em apresentação durante o Congresso LASA 2019 – Nuestra América: Justice and Inclusion, realizado entre os dias 24 a 27 de Maio de 2019. Boston, MA.

instituições participativas a ele ligadas) faz com que esta agenda dependa diretamente dos partidos políticos e, portanto, dos governos de turno; daí a importância estratégica de ocupar todas estas esferas que compõem o poder político estatal: executiva, legislativa e judiciária.

O desastre que vivemos atualmente no contexto político brasileiro tem promovido mudanças rápidas e radicais no que diz respeito às políticas participativas e sociais. Por sua vez, as políticas para igualdade de gênero, outrora pensadas em termos participativos e junto a importantes atoras sociais, encontram-se sob ataque nos terrenos político e social. Damares Alves, em seu papel central de articuladora política da bancada evangélica, tem se projetado como poderosa atora política (sendo até cogitada como vice para uma possível chapa de reeleição do atual presidente Jair Bolsonaro). Projeta-se, entretanto, não pelas ações levadas a cabo por seu Ministério em prol da melhoria da vida das mulheres¹¹, senão por sua capacidade discursiva e articuladora baseada em posturas conservadoras extremas que atacam diretamente direitos¹² arduamente conquistados.

Não obstante o complexo cenário de ofensiva conservadora, frentes de resistência têm se articulado desde variados espaços e as mulheres se destacam como força política organizada e potente ao longo de todo o turbulento processo político vivenciado no país. Em 2015, destacam-se as manifestações nas ruas contra Eduardo Cunha¹³ (PMDB) e o PL 5069, que propunha endurecer a legislação que criminaliza o aborto; em 2018, no contexto das eleições, as manifestações contra o candidato de extrema direita, que com a consigna “Ele Não” levaram milhares de pessoas às ruas em várias cidades do país. Em 2019 articula-se uma “Frente Parlamentar Feminista Antirracista”, lançada em 23 de maio na Câmara dos/as Deputados/as, com a participação de deputadas e de movimentos populares, com o objetivo de posicionar-se em bloco para impedir o

¹¹ Dados do Ministério revelam a diminuição de verba para o ano de 2021 e a execução de apenas metade do orçamento previsto, bem como a paralização de serviços de atendimento a mulheres vítimas de violência. Disponível em:

<https://domtotal.com/noticia/1465904/2020/08/politicos-evangelicos-protestam-contra-aborto-na-porta-de-clinica-e-chamam-menina-de-10-anos-de-assassina/>.

¹² Um exemplo foi a manifestação, na qual a atual ministra teve parte convocatória, contra a realização de procedimento de aborto legal a uma menina de onze anos vítima de estupro. Disponível em: <https://domtotal.com/noticia/1465904/2020/08/politicos-evangelicos-protestam-contra-aborto-na-porta-de-clinica-e-chamam-menina-de-10-anos-de-assassina>.

¹³ Então presidente da Câmara dos Deputados, um dos articuladores do processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff e atualmente preso por corrupção passiva, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, no âmbito da Operação Lava Jato.

avanço de propostas que ameaçam os direitos das mulheres¹⁴; realizam-se as Marchas das Mulheres Negras em diversas cidades, a primeira Marcha das Mulheres Indígenas e a maior Marcha das Margaridas da história do país. Além destas relevantes mobilizações, é anunciado um encontro feminista nacional para 2020, suspenso devido à contingência de pandemia mundial da Covid-19. Junto a outros movimentos sociais, as mulheres se mobilizam em frentes amplas como “Povo sem medo” e “Brasil Popular” para combater os ataques e retrocessos promovidos pelo atual governo, organizando manifestações e ações sociais de solidariedade. E também passam a ocupar em maior medida os espaços legislativos em nível estadual e nacional.

Essas, entre outras articulações e frentes em que os movimentos feministas e de mulheres brasileiras têm construído, compõem um relevante espectro de resistências e lutas que se dão a partir de distintos repertórios e estratégias no sentido de fortalecer as propostas e projetos por uma sociedade mais justa e igualitária. A disputa pelos e nos espaços da política institucional, apesar de complexa, revela-se necessária e urgente. As vias e formas para tanto devem construir-se, outrossim, a partir da consideração de espaços da política não institucional, da política cotidiana, capazes de fortalecê-los e basear-se em interesses sociais para superar as limitações e dificuldades a serem enfrentadas. Algo que parece haver ficado aquém na experiência brasileira recente das administrações de governos progressistas.

Bibliografia

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. “Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula”. *Revista Dados*, Rio de Janeiro, v. 57, n. 2, jun. 2014. (p. 325-357).
- ABERS, Rebecca; TATAGIBA, Luciana. “Institutional activism: mobilizing for women’s health inside the Brazilian bureaucracy”. in ROSSI, Frederico; VON BÜLOW, Marisa (Orgs.). *Social Movement Dynamics: new perspectives on theory and practice from Latin America*. Burlington, Ed. Farnham, Ashgate, 2015. (p. 73-104).
- ALVAREZ, Sonia Elena. “Para além da sociedade civil: reflexões sobre o campo feminista”. *Cadernos pagu* (43), janeiro/junho, 2014. (p. 13-56).
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Articulando a Luta Feminista nas Políticas Públicas: Desafios para a ação do movimento no desenvolvimento das*

¹⁴ Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/frente-feminista-e-antirracista-quer-ser-os-olhos-no-povo-na-camara/>. Consulta 22 de junho de 2019.

- políticas*. Brasília, 2009.
- ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS (AMB). *Políticas Públicas para a igualdade: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente*. Secretária Executiva da AMB; Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense. Brasília, CFEMEA, 2011.
- AVRITZER, Leonardo; SOUZA, Clóvis Henrique Leite de. *Conferências nacionais: atores, dinâmicas participativas e efetividades*. Brasília, IPEA, 2013.
- BRASIL, Felipe. *Instituições participativas e políticas públicas: Uma nova literatura para a agenda de pesquisa*. Tese de Mestrado. Universidade Federal de São Carlos, 2013.
- CANNON, Barry, RANGEL, Patrícia. "Introducción: resurgimiento de la derecha en América Latina". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.º 126, 2020. (p. 7-15). DOI: doi.org/10.24241/rci.2020.126.3.7
- DAGNINO, Evelina. "The Choices of the Left: The Paradox of the New Developmentalist State", in PUZONE, Vladimir; MIGUEL, Luis Felipe (Eds). *The Brazilian Left in the 21st Century: Conflict and Conciliation in Peripheral Capitalism*. Palgrave Macmillan, 2019. (p. 69- 90).
- DE FINA GONZALEZ, Débora. "Lado a lado? Feminismos e Estado durante o 'ciclo progressista' latino-americano". *Revista de Estudos Feministas*, Florianópolis, 28 (3), 2020. (p. 1-14).
- DE FINA GONZALEZ, Débora. "Mecanismos Institucionais de políticas para as mulheres: caminhos controversos da institucionalização" in MATOS, M., ALVAREZ, S. *Quem são as mulheres das políticas para as mulheres no Brasil: o feminismo estatal participativo brasileiro* Vol 1. Porto Alegre, RS, Zouk, 2018. (p. 57-86).
- DE FINA GONZALEZ, Débora. *De vulneráveis a empreendedoras: os limites da promoção da autonomia econômica das mulheres no Brasil*. Dissertação Mestrado. Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, 2013.
- HEVIA, Felipe; ISUNZA VERA, Ernesto. "La perspectiva de interfaz aplicada a las relaciones sociedad civil-Estado en México" in OLVERA, A. (org.). *La democratización frustrada: limitaciones institucionales y colonización política de las instituciones garantes de derechos y de participación ciudadana en México*. Ciudad de México, Ciesas, Universidad Veracruzana, 2010. (p. 59-127).
- HINZ, Kristina; VINUTO, Juliana; COUTINHO, Aline Beatriz. "Por Dios y por las armas: el ascenso neopentecostal y securitario en Brasil (2003-2019)". *Revista CIDOB d'Afers Internacionals*, n.º 126, diciembre de 2020. (p. 185-213). DOI: doi.org/10.24241/rci.2020.126.3.185
- INSTITUTO ECONÔMICO DE POLÍTICAS APLICADAS, IPEA. *Políticas Sociais: Acompanhamento e análise*. Volume 22. Brasília, 2014.
- MACAULAY, Fiona. *Gender politics in Brazil and Chile: the role of parties in national and local policymaking*. New York, Palgrave Macmillan, 2006.

- MATOS, Marlise, ALVAREZ, Sonia E. "As CNPMs e a configuração do campo feminista: Sidestreaming, Mainstreaming, e o feminismo de estado participativo" MATOS, Marlise, ALVAREZ, Sonia (orgs.). *Quem São as Mulheres das Políticas para as Mulheres no Brasil? Expressões Feministas nas Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres*. Vol. II, São Paulo, Editora Zouk, 2018. (p 87-134).
- PINTO, Celi. "Quando os contextos não importam: as Conferências Nacionais de Políticas para as Mulheres 2011-2016" MATOS, Marlise e ALVAREZ, Sonia (orgs.). *Quem São as Mulheres das Políticas para as Mulheres no Brasil? O feminismo estatal participativo brasileiro*. Vol. I. São Paulo, Editora Zouk, 2018. (p. 175-200).
- PIRES, Roberto (org). *A efetividade das instituições participativas no Brasil: perspectivas, abordagens e estratégias de avaliação*. Brasília, IPEA, 2011.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013-2015)*, 2013.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Anais da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. AUTONOMIA E IGUALDADE PARA AS MULHERES*. Brasília/DF, 2013.
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Relatório Final. 4ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres* (s/d).
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. *Mais Mulheres no Poder. Contribuição à formação política das mulheres*. Marlise Matos e Iris Ramalho Cortês. Brasília, 2010.
- SVAMPA, Maristella. "Lo que las derechas traen a la región latinoamericana: Entre lo político y lo social; nuevos campos de disputa" in *Nuevas derechas autoritarias. Conversaciones sobre el ciclo político actual en América Latina*. 1a. Quito, Edición Fundación Rosa Luxemburg/Ediciones Abya-Yala, 2020. (p. 33-76).
- TABBUSH, Constanza; CAMINOTTI, Mariana. "Más allá del sexo: La ampliación de la oposición conservadora a las políticas de igualdad de género en América Latina". *LASA FORUM*, 51:2, 2020. (p.27-31).
- TORRES, Ailynn. "Los neoconservadurismos y la potencia de los movimientos feministas ¿Qué rol tiene el anti-feminismo para las nuevas derechas en América Latina?" in *Nuevas derechas autoritarias. Conversaciones sobre el ciclo político actual en América Latina*. 1a. Quito, Edición Fundación Rosa Luxemburg/Ediciones Abya-Yala, 2020. (p. 215-234).
- WERNECK, Jurema. "Mulheres Negras Brasileiras e os resultados de Durban" in PAULA, Marilene de; HERINGER, Rosana (Orgs.). *Caminhos convergentes: Estado e Sociedade na superação das desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Heinrich Boll, ActionAid, 2009. (p. 111-136).

Débora de Fina Gonzalez Socióloga. Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP-Brasil). Atualmente é pesquisadora pós-doutoral no *Departamento de Sociología* da *Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Chile*. É Coordenadora do *Núcleo de Estudios en Género y Sociedad Julieta Kirkwood* na *Universidad de Chile* e integrante do grupo de estudos *Colectiva Protesta*. Seus principais temas de interesse são: políticas para as mulheres, movimentos sociais, feminismos, participação, América Latina.

Contato: deboradefina@facso.cl

Recebido: 09/10/2020

Aceito: 26/03/2021